

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

ALANNA DOS SANTOS SILVA
ALINE FERNANDA SILVA PEREIRA

**A AVALIAÇÃO NA CRECHE: UMA ANÁLISE DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS DO
PERIÓDICO ZERO-A-SEIS DE 2010-2020.**

Maceió

2021

ALANNA DOS SANTOS SILVA
ALINE FERNANDA SILVA PEREIRA

**A AVALIAÇÃO NA CRECHE: UMA ANÁLISE DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS
DO PERIÓDICO ZERO-A-SEIS DE 2010-2020.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à banca examinadora do curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Suzana Marcolino.

Maceió
2021

A AVALIAÇÃO NA CRECHE: UMA ANÁLISE DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS DO PERIÓDICO ZERO-A-SEIS DE 2010-2020.

Alanna dos Santos Silva
ssilvaalanna@gmail.com

Aline Fernanda Silva Pereira
alinesp017@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de identificar e analisar as produções acadêmicas no periódico *Zero-a-Seis*, entre 2010 e 2020, que abordam a temática da avaliação na creche. Neste sentido, problematizamos como as produções científicas contribuem para as discussões sobre avaliação das crianças bem pequenas. O periódico em análise é uma revista online com publicações semestrais, organizada pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisamos os artigos usando os descritores: avaliação, registro, documentação, creche e bebês. Após essa busca, realizamos a leitura do título, resumo e palavras-chave para nos certificarmos da temática do artigo. Logo, cinco artigos foram selecionados e então, analisamos as categorias data da publicação, autoria e coautoria, filiação institucional, objeto de estudo e conclusões dos estudos. Os artigos nos indicaram que as publicações das produções científicas sobre a avaliação na creche ainda são reduzidas e os estudos evidenciam lacunas entre a teoria e prática nas instituições de Educação Infantil; os artigos demonstram que mesmo já bem definidos os meios para avaliar - a partir da observação, dos registros e documentação específica -, algumas instituições ainda fazem uso de fichas avaliativas. Compreendemos, que esse procedimento isola as áreas de conhecimento, avaliando a aprendizagem por meio do comportamento individual das crianças. Diante dessas reflexões, compreendemos a relevância da discussão do tema avaliação da aprendizagem, entretanto, cabe analisar as lacunas ainda existentes, uma vez que as demandas no âmbito institucional e profissional aumentam. Também refletimos acerca da importância da ampliação desses debates no contexto das políticas de avaliação na Educação Infantil.

Palavras-Chave: Educação Infantil; Instrumentos Avaliativos; Avaliação das aprendizagens; Primeiríssima Infância.

INTRODUÇÃO

A temática do artigo é avaliação na creche. Analisamos artigos científicos publicados na revista *Zero-a-Seis* no período de 2010 até 2020. O interesse pela temática tem origem nas experiências como estudantes da educação básica e pública. Resgatamos as memórias da nossa infância, nas instituições de educação infantil, e logo nos lembramos da sala de aula pequena, que limitava a circulação e o movimento das crianças, da organização das cadeiras por fileiras, das brincadeiras limitadas a hora do intervalo e o trabalho centrado no professor. E então, concluímos que vivenciamos uma educação predominante tradicional, centrada no professor, na qual o brincar era restrito e a dimensão cognitiva, supervalorizada, e o único critério de avaliação. Com o ingresso no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e o contato com as disciplinas, em cada período, ampliamos a nossa compreensão sobre avaliação.

Durante o curso, conhecemos a ideia da avaliação como formativa e processual, na qual se sobressai o qualitativo em detrimento do quantitativo, uma vez que, ao se pontuar o aluno “A” e “B” com notas, classificando-os, perdem-se de vista as reais potencialidades e dificuldades da aprendizagem dos estudantes.

As vivências no estágio supervisionado II em Educação Infantil também foram fundamentais, pois proporcionaram a prática junto com a reflexão teórica e nos aproximaram dos bebês, tecendo nosso interesse pela avaliação na creche.

Nesse espaço, conhecemos a concepção da avaliação que acompanha o processo de aprendizagem da criança que, ao mesmo tempo, oportuniza a avaliação de todo trabalho pedagógico, por meio do constante diálogo e reflexão crítica das ações. Por isso a avaliação não é um meio de classificação, exclusão e seleção. Logo, a avaliação está associada à observação do processo e não dos resultados, e se atenta às respostas construídas e tecidas a partir das interações diárias.

Descobrimos que os diversos instrumentos avaliativos usados para o acompanhamento do processo educativo favorecem o compartilhar das experiências de aprendizagens com as famílias sobre os bebês e as crianças na Educação Infantil. Diante disto, o estágio foi o ponto de partida para iniciarmos os estudos na área da avaliação. Ostetto (2019) considera o estágio como importante para fertilizar boas experiências, tomando como essencial a necessidade dos encontros e a interlocução

de saberes e fazeres entre a Universidade e as instituições de Educação Infantil, sendo assim, contribui para a formação dos estudantes, resultado das relações criança-adulto, adulto-adulto e adulto-criança. A esse respeito, Drumond (2019) salienta que as ações no estágio realçam a importância dos instrumentos avaliativos de observação, registro/documentação sendo indispensáveis para refletir a trajetória formativa e apreender os saberes próprios da docência com crianças pequenas.

Uma vez que contextualizamos as experiências que sedimentaram o interesse pelo tema da avaliação na creche, no próximo item, apresentaremos as bases legais da avaliação na creche.

1 A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO PRIMEIRA ETAPA DA EDUCAÇÃO BÁSICA E A AVALIAÇÃO NA CRECHE: BASES LEGAIS.

O atendimento às crianças de zero a cinco anos em instituições de Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica, com o objetivo de promover o desenvolvimento integral da criança. Esse direito é conquistado mediante a um processo histórico de lutas e reivindicações que ganham maior visibilidade a partir dos movimentos populares de mulheres trabalhadoras, profissionais da educação e da sociedade civil que protestam sobre a falta de espaços públicos para atender às necessidades educacionais das crianças pequenas. A efetivação destas diretrizes protege as crianças integralmente e movimenta a sociedade para a conscientização dos seus direitos, pressionando as esferas públicas para a ampliação das instituições. Logo, acreditamos que a transição para um país democrático e a nova posição da mulher no mercado de trabalho também acelera o processo de legalização das instituições de Educação Infantil.

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 (BRASIL, 1990) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), reconhece-se o direito da criança à educação em creches (0-3 anos) e pré-escolas (4-5 anos) e se estabelecem regras na sua organização. Uma das grandes conquistas da CF/88 foi ressaltar a criança como sujeito de direitos, confirmando as creches e pré-escolas como espaços de efetivação dos direitos, já o ECA/90 reitera os direitos e as garantias das crianças e dos adolescentes, fixando a proteção integral à criança em desenvolvimento. A LDB/96, reafirma a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica e redefinem os

conceitos de creches e pré-escolas. Assim, essas normas consubstanciam a Educação Infantil como dever do Estado e complementar à família e sociedade.

No tocante à avaliação na Educação Infantil, a LDB/96 orienta que ela aconteça por meio de acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, no entanto, sem o objetivo de promoção, até mesmo para acesso à etapa seguinte, assim como seja uma avaliação que se atente para a observação e utilização da documentação pedagógica.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010) são um documento de caráter mandatório para os sistemas municipais e/ou estaduais de educação. Tal documento define, no componente avaliação, que as instituições de Educação Infantil criem meios de acompanhamento do trabalho pedagógico e avaliação do desenvolvimento da criança, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação.

Nesse sentido, garantindo a observação crítica e criativa das atividades no cotidiano, utilizando-se de múltiplos registros e estratégias adequadas em diferentes momentos de transição vividos pela criança, nos quais as experiências de aprendizagem e desenvolvimento são comunicadas às famílias por meio de documentação específica, contudo, sem finalidade de retenção da criança na Educação Infantil.

Para Haddad as diretrizes dispõem de critérios norteadores essenciais para uma prática avaliativa que promova a qualidade educativa no desenvolvimento das crianças (MACEIÓ, 2015). A autora afirma que as DCNEIs (BRASIL, 2010), repõem adotar procedimentos que limitam a aprendizagem da criança como as fichas ou pautas avaliativas padronizadas, pois essa prática desconsidera a singularidade e valorizam competências em áreas do conhecimento em detrimento de outras.

Pereira e Silva (2019), compartilham em sua pesquisa que a definição da avaliação na Educação Infantil pela DCNEI (BRASIL, 2010) articula-se com a concepção do trabalho pedagógico centrado nos interesses e necessidades integrais das crianças. No entanto, apesar de existir uma legislação já bem definida sobre a avaliação, as autoras discutem que ainda há uma necessidade de investigações específicas acerca dos desafios que envolvem o tema na primeira etapa básica no contexto brasileiro.

Em outros estudos de Luckesi (2011) define a avaliação da aprendizagem como uma prática de investigação, ao qual se materializa por meio dos instrumentos de avaliação que são recursos metodológicos na ação avaliativa. Essas definições são fundamentais para termos clareza ao distinguir avaliação e os instrumentos avaliativos.

O sistema de ensino de Maceió se posiciona sobre a avaliação na primeira etapa da Educação Básica, fundamentado nas leis educacionais nacionais. As Orientações Curriculares para a Educação Infantil da rede municipal de Maceió - OCEI (MACEIÓ, 2015) é um documento norteador da proposta curricular de Maceió e indicam as concepções dos documentos oficiais da avaliação e seus instrumentos.

Dessa maneira, apresenta a AVALIAÇÃO como qualificação de práticas educativas, definindo: “(...) é atividade cotidiana, contínua, que se realiza por referência aos objetivos traçados no planejamento/projeto pedagógico (MACEIÓ, 2015, p.189) ”. Por conseguinte, essas intenções previamente elaboradas têm sua efetivação no dia a dia por meio de discussões periódicas ao final de uma atividade, observação e registros, organização de arquivos e elaboração de relatórios. Essas ações se realizam em conjunto com a equipe pedagógica, com os professores e as crianças.

O mesmo documento trata do debate sobre as fichas avaliativas que é um modelo avaliativo tradicional de segregação ainda utilizado por professores da Educação Infantil. Nas OCEIs: “As fichas ou pautas avaliativas têm sido uma prática utilizada em muitos municípios do país (MACEIÓ, 2015, p. 117) ”, e de fato, esse modelo de avaliação, refuta as potencialidades e especificidades dos bebês e das crianças, pois, tendem a relacionar e comparar as formas de desenvolvimento do bebê.

As OCEIs (MACEIÓ, 2015) referem-se à documentação como um instrumento do trabalho pedagógico fruto da observação e dos registros diários do professor/a diante da criança rica e potente. E, portanto, as documentações propiciam deixar visíveis e acessíveis as produções individuais e coletivas nos murais, portfólios, etc. Nessa organização, o espaço infantil acolhe as famílias para que conheçam as experiências vivenciadas no processo educativo. Assim, o docente é reconhecido pela autoria das histórias narradas a partir dos registros, que podem ser revisitadas por meio da documentação.

A partir das reflexões expressas no documento, compreendemos a avaliação na relação adulto-criança, equilibrada entre as iniciativas e os interesses das crianças, mediante a observação, registro e documentação. Ademais, a avaliação permite acompanhar os ganhos no desenvolvimento dos saberes e fazeres das crianças; ao mesmo tempo, oportuniza os docentes rever e refazer suas práticas pedagógicas em permanente diálogo e reflexões no processo formativo e de (auto) formação.

Pensamos em focalizar e sistematizar contribuições a respeito da avaliação na Educação Infantil pesquisando sobre as especificidades dos processos avaliativos na creche, suas potencialidades e dificuldades. Deste modo, perguntamos: como as produções científicas publicadas em dez anos, na revista *Zero-a-Seis*, contribuem nas discussões sobre avaliação das crianças bem pequenas?

Escolhemos essa revista, por ser ela respaldada pela comunidade acadêmica e requisitada por discentes e profissionais da área da educação infantil. Logo, serviu de parâmetro para identificarmos quais são as discussões existentes a respeito da temática de avaliação na creche.

O periódico é uma revista online que publica trabalhos científicos especializados na Educação Infantil. A revista *Zero-a-Seis* atua na divulgação das produções acadêmicas semestralmente desde 1999, sendo organizada pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância (NUPEIN), pelo Centro de Ciências da Educação (CED) e Programa de Pós-Graduação (PPGE) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Desde a sua fundação, beneficia a sociedade democratizando o conhecimento acerca da primeira infância, sendo referência segura e qualificada pela Qualis-CAPES com conceito A4 na área da Educação.

A escolha do período de 2010 até 2020 se deu pela necessidade de identificarmos a frequência de publicações na revista em um período maior observando se há linearidade ou não de produções com interesse na temática.

Para a escolha dos artigos, primeiramente, foram selecionados aqueles que apresentassem os descritores: avaliação, registro, documentação, creche e bebês. Depois, foi realizada a leitura do título, resumo e palavras-chave observando-se a presença dos descritores e, se a proposta estava alinhada à temática do nosso trabalho. Dessa maneira, cinco artigos foram escolhidos conforme esses critérios adotados.

Para analisar os textos criamos as seguintes categorias: data da publicação, autoria e coautorias e filiação institucional, objeto de estudo e conclusões dos estudos. Em seguida, identificamos e analisamos descritivamente as produções acadêmicas no periódico Zero-a-Seis dos últimos dez anos que abordam o tema da avaliação na creche.

2. A AVALIAÇÃO NA CRECHE COMO TEMA DE ARTIGOS NA REVISTA ZERO-A- SEIS

Na pesquisa, foram encontrados os seguintes artigos:

Quadro 1. Título dos artigos publicados no periódico Zero-a-Seis

Título do Artigo
1. “Avaliação das crianças na educação e outros processos avaliativos revelados em uma pesquisa”.
2. “O Portefólio como estratégia de avaliação das aprendizagens na educação de infância: considerações sobre a sua prática”.
3. “As interfaces da avaliação na educação infantil”.
4. “Avaliação na educação infantil e a pedagogia da relação e da escuta: documentar e refletir sobre a experiência educativa”.

5. “Reflexões sobre as práticas avaliativas em uma creche no município de Altamira-PA”

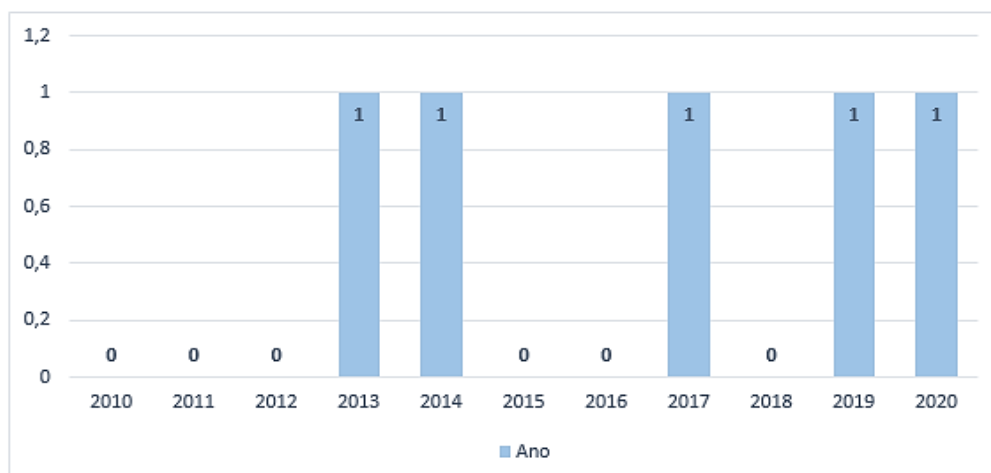
Fonte: As autoras

2.1.1 Data da Publicação

Interessamo-nos em saber a quantidade de artigos sobre a temática da avaliação na creche diante do total de artigos publicados da revista na década 2010-2020. Encontramos que foram publicados 126 artigos, uma média de 12 por ano. Dentre os 126 artigos, 5 correspondem à avaliação na creche, sendo aproximadamente 4% das publicações da revista no período.

Em seguida, preocupamo-nos em conhecer a frequência de artigos entre os anos de 2010-2020, ilustramos os dados na figura a seguir.

Figura 1- Frequência de Publicações por ano de 2010 até 2020



Fonte: As autoras

Como observado, o gráfico mostra uma frequência intermitente, sendo de três anos o tempo maior de não publicação de trabalhos relacionados à temática.

Com isso, a partir do que foi observado, concordamos com as autoras (PEREIRA e SILVA, 2019), pois consideram que a presença da temática ainda é inicial ao abordar a problemática avaliação e advertem que são poucas as pesquisas sobre avaliação na Educação Infantil. As autoras ressaltam a necessidade da realização de

pesquisas que possibilitem conhecer como de fato está acontecendo a avaliação do trabalho pedagógico e das crianças em instituições de Educação Infantil brasileiras (PEREIRA e SILVA, 2019).

2.1.2 Autoria e Filiação Institucional

Os artigos foram escritos majoritariamente por mulheres; apenas dois homens figuram na autoria: um como primeiro autor e outro, como coautor. Observamos que a presença histórica das mulheres na Educação Infantil, também se estende à produção acadêmica.

Quadro 2. Identificação do Gênero e quantidade de autoria e colaboradores

Gênero	Autorias	Coautorias	Total
Feminino	4	4	8
Masculino	1	1	2
Total	5	5	10

Fonte: As autoras.

Muitas pesquisadoras e pesquisadores da área discutem a predominância feminina na docência da Educação Infantil e se atentam para que esse mesmo fato pode explicar que as pesquisadoras interessadas na primeira etapa básica da educação também sejam mulheres.

Tiriba (2005) menciona que essa separação de gêneros na educação infantil surge devido à herança histórica de desqualificação do cuidado, fortalecendo a divisão das funções em que o cuidar é designado apenas para mulheres da classe popular. A mesma autora retrata que essas questões de gênero são também influenciadas pela ruptura que a sociedade capitalista provocou entre a natureza intuitiva e emoção e os valores rentáveis e o cognitivo. Evidencia-se que o lado sensível, emocional, natural e particular das mulheres aproxima-se da maternidade, ao mesmo tempo em que essas características, para alguns, se reduzem a funções de pouco reconhecimento profissional.

Nessa orientação, o trabalho pedagógico com as crianças é uma função social que ainda é marcada pela presença feminina, fruto de mudanças econômicas em meados do século XX, que forçaram os homens a transferir a profissão docente para trabalhos mais valorizados monetariamente, desencadeando a um processo de feminização da docência (RODRIGUES, 2017). Essa questão parece influenciar que maioria das pesquisadoras do campo da Educação Infantil, sejam mulheres.

Identificamos que, de modo geral, os autores citados são brasileiros das - regiões Nordeste, Norte e Sul – e encontramos dois autores portugueses.

Quadro 3. Principais autores, coautores e filiação institucional.

Autorias	Coautorias	Filiação Institucional
Fábio Tomaz Alves	Não tem	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Brigite Silva	Clara Craveiro	Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti de Portugal
Joselma Salazar de Castro	Fabício Zimmermann Souza	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Jorgiana Ricardo Pereira	Fátima Sampaio Silva	Universidade Federal do Ceará (UFC)
Irlanda do Socorro de Oliveira Miléo	Léia Gonçalves de Freitas	Universidade Federal do Pará (UFPA)

	Cassiane de Nazaré da Silva Oliveira	
--	--	--

Fonte: As autoras.

Os artigos da região Nordeste foram produzidos por duas professoras da Universidade Federal do Ceará, em que a autora é doutoranda e mestra em educação e a coautora é doutora em Educação e colaboradora no programa de pós-graduação da mesma universidade.

Na região Norte, duas das autoras são professoras no curso de licenciatura em Pedagogia, junto de uma terceira coautora técnica em Educação na Universidade Federal do Pará/ Campus universitário de Altamira- PA.

Os autores do sul do Brasil são supervisores escolares da Rede Municipal de Ensino em Florianópolis, sendo a autora doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e o coautor mestre em Educação pela mesma universidade.

Por fim, também as autoras de Portugal são estudantes na Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti de Portugal, no departamento de Formação em Educação Básica.

2.1.3 Objetos de estudo

Apresentaremos a seguir o tipo de artigo e os objetos de estudo.

No artigo “Avaliação das crianças na educação e outros processos avaliativos revelados em uma pesquisa” (ALVES, 2013), identificamos que o trabalho é do tipo empírico. O autor traz os resultados de pesquisa de mestrado, abordando a temática da avaliação na Educação Infantil com enfoque nos *processos avaliativos desenvolvidos em instituições*. Para isso, fez uso de análise de documentos, entrevistas e questionários. O centro da pesquisa se desenvolveu a partir das

concepções de avaliação, dos instrumentos e critérios avaliativos utilizados por professoras.

O artigo “O Portefólio como estratégia de avaliação das aprendizagens na educação de infância: considerações sobre a sua prática” (SILVA e CRAVEIRO, 2014), corresponde é um artigo teórico, em que as autoras abordam conceitos e teorias para defender o *uso do portfólio* como uma metodologia de avaliação na Educação Infantil. O artigo sugere como os professores devem construir um portfólio que seja eficaz no processo de aprendizagem da criança.

O artigo “As interfaces da avaliação na Educação Infantil” (CASTRO e SOUZA, 2017) identifica um estudo teórico. Para o debate da avaliação na Educação Infantil os autores *focalizaram as políticas educacionais*. Teoricamente se apoiaram nos estudos de Bondioli e Sávio, pioneiras nos estudos da avaliação de contexto, ressaltando que esse tipo de avaliação contraria a lógica de avaliações externas e em larga escala.

O artigo “Avaliação na educação infantil e a pedagogia da relação e da escuta: documentar e refletir sobre a experiência educativa”, (PEREIRA e SILVA, 2019) é uma pesquisa empírica que analisou as *práticas de acompanhamento e desenvolvimento das crianças* a partir das experiências vivenciadas pelas próprias autoras, professoras da Unidade Federal de Educação Infantil da Universidade do Ceará. Para as práticas avaliativas, criaram meio de observar e registrar individualmente e o grupo de crianças, culminando em relatório individual, geral e portfólios.

O artigo “Reflexões sobre as práticas avaliativas em uma creche no município de Altamira-PA” (MILÉO, FREITAS e OLIVEIRA, 2020) é uma pesquisa do tipo empírica que *enfoca as práticas avaliativas* na educação infantil. As autoras entrevistaram três professoras e desenvolveram observações na comunidade escolar para compreender como são entendidas e articuladas as diretrizes normativas da avaliação infantil no fazer pedagógico.

Após essa análise, reunimos os artigos conforme seus objetos de estudo, conforme apresenta o quadro 4.

Quadro 4. Frequência da categoria objeto de estudo por ano de publicação

Objetos de estudo	2013	2014	2017	2019	2020	Total
1. Processos avaliativos	1					1
2. Portfólio		1				1
3. Políticas educacionais			1			1
4. Práticas de acompanhamento do desenvolvimento das crianças				1		1
5. Práticas avaliativas na educação infantil					1	1
Total	1	1	1	1	1	5

Fonte: As autoras.

2.1.4 Conclusões dos estudos

Cada estudo trata de aspectos da avaliação na Educação Infantil. No artigo “Avaliação das crianças na educação e outros processos avaliativos revelados em uma pesquisa” (ALVES, 2013), aborda a temática avaliação na Educação Infantil e os processos avaliativos. Destaca a baixa frequência de produções científicas sobre a temática, e por vezes, ainda diz existir uma confusão em diferenciar avaliação dos instrumentos avaliativos. Pondera que as instituições precisam coletivamente deixar claras as concepções e os processos avaliativos, explicitando em documento político pedagógico os referenciais teóricos e as leis educacionais que orientem o trabalho educacional, pois analisa que há um distanciamento, das leis e a sua efetivação nas práticas avaliativas. Reflete que a sua pesquisa contribuiu para orientar outros estudos, no entanto, sabendo que as discussões merecem ser ampliadas.

O artigo “O Portfólio como estratégia de avaliação das aprendizagens na educação de infância: considerações sobre a sua prática” (SILVA e CRAVEIRO, 2014), destaca o processo de construção do portfólio e como ele atua como um instrumento intencional que promove o crescimento da aprendizagem da criança

e dos adultos, concluem que ele é uma ferramenta que valoriza as produções da criança e o currículo, que deve ser trabalhado de modo selecionado e categorizado por áreas de registro de acordo com a finalidade de cada atividade ou experiência. Também apresentam que o mesmo amplia as possibilidades de registro. Mencionam sobre os benefícios do uso do portfólio no processo da aprendizagem infantil, pois este desafia as próprias crianças a pensarem com autonomia, observando suas capacidades, tomando iniciativas e decisões, respeitando o outro a partir dos diálogos proporcionados durante a construção do portfólio, visto que possibilita o registro do processo, o acompanhamento do percurso e a retomada das situações sempre que necessário. Segundo as autoras, os educadores são mediadores da construção dos portfólios que, através da observação dos registros, documentações e interações, avaliam e compreendem a criança, valorizando suas necessidades e avanços singulares. Por fim, o portfólio também serve para compartilhar com os pais ou adultos responsáveis os acontecimentos, pois, o portfólio é convidativo para que a família participe desse processo educativo.

Já no artigo “As interfaces da avaliação na Educação Infantil” (CASTRO e SOUZA, 2017) abordam a temática da avaliação na Educação Infantil, resgatando-a em processo histórico ao tornar-se a primeira etapa da Educação Básica. Ressaltam, com apoio dos estudiosos na área, a avaliação de contexto ao qual compreende a realidade educativa, considerando aspectos da organização escolar, os seus documentos orientadores, as leis educacionais e os meios de avaliação ao planejar, observar, registrar e documentar as práticas educativas. Destacam que a avaliação de contexto não é a única alternativa de avaliação a ser seguida, no entanto, é a que mais se aproxima das realidades distintas dos sujeitos participantes nas instituições, e, portanto, discordam da política de avaliação externa, já que essa tem o foco na avaliação individual da criança por padrões regulatórios e classificatórios.

O artigo “Avaliação na educação infantil e a pedagogia da relação e da escuta: documentar e refletir sobre a experiência educativa”, (PEREIRA e SILVA, 2019) traz o conceito de avaliação como prática de registro e acompanhamento das crianças, produzindo documentação pedagógica específica. Desse modo, apresentam relatórios individuais de narrativas e descrições de experiências vividas pelas crianças na Educação Infantil. Revelam que os relatórios tornaram visíveis as ações cotidianas das crianças cumprindo uma das funções da documentação pedagógica. Destacam

que a produção de documentação pedagógica permite a análise e interpretação no processo investigativo das crianças, contudo, como prática docente apresentam desafios e demandas adicionais para a gestão educacional. Apontam também que as práticas avaliativas devem ser debatidas no contexto de políticas públicas. Enfatizam a necessidade de pesquisas para conhecer como de fato está acontecendo a avaliação do trabalho pedagógico e das crianças em instituições de Educação Infantil brasileiras. As autoras concordam que as práticas de avaliação devem acontecer na relação entre os interesses das crianças, no planejamento da instituição e pela escuta sensível do professor/a em comum diálogo com as famílias.

No artigo “Reflexões sobre as práticas avaliativas em uma creche no município de Altamira-PA” (MILÉO, FREITAS e OLIVEIRA, 2020), concluem a deficiência na efetivação das diretrizes sobre a avaliação, pois os instrumentos avaliativos adotados pela rede de ensino, as fichas avaliativas e pareceres individuais, demonstram falhas que repercutem no processo avaliativo da criança. Segundo os dados das entrevistas, a principal dificuldade está relacionada ao modelo já estabelecido das fichas, que interfere na autonomia do professor/a e não acompanha as singularidades da criança e que, ainda, apresenta uma divisão fragmentada por áreas de conhecimento, desfavorecendo o registro da aprendizagem global da criança. Além disso, o parecer individual é semestral e não propicia o registro diário do professor, que deve ser um pesquisador atento às descobertas diárias da criança. Logo, as autoras, diante deste cenário, suscitam a reflexão sobre o fazer avaliativo que estava ocorrendo na creche Sonho Encantado, em que a avaliação estava sendo realizada de modo engessado, apenas para questões burocráticas ou com finalidade de retenção da criança, desrespeitando o direito infantil.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As publicações dos artigos na revista *Zero-a-Seis* contribuíram com as nossas discussões sobre avaliação de aprendizagem das crianças bem pequenas, pois ampliou o interesse em dar continuidade ao debate sobre a temática da avaliação na Educação Infantil, em especial nas creches.

Compreendemos que há um cenário de controvérsias e lutas para se construir uma prática avaliativa que considere os interesses da criança e preserve sua infância. Pois, a avaliação tem sido propagada de modo equivocado para medir as competências, comparando os resultados e definindo a aprendizagem da criança em um padrão que isenta o sujeito e suas competências. Sendo assim, a Educação Infantil sofre influência do ensino fundamental, o que torna a avaliação do processo de aprendizagem da criança ainda mais preocupante, pois, como sujeitos de direitos, necessitam de uma avaliação que acompanhe a sua aprendizagem de modo integral, considerando as características de cada faixa etária.

Diante disso, é notório que os autores defendem a avaliação como prática que potencializem a criança, tendo embasamentos legais, teóricos e planejamentos pedagógicos estabelecidos, mediante a observação e pesquisa de cada contexto. Também é enfatizado o olhar dos professores (que não é neutro), ao mesmo tempo em que reconhece a importância de lançar mão da observação, dos múltiplos registros e da documentação pedagógica, sendo esses meios orientados pelas DCNEI (BRASIL, 2010). Por isso, este conjunto constitui, na pesquisa, uma diversidade de ferramentas facilitadoras da avaliação nas instituições de Educação Infantil.

Entendemos que, apesar das indicações, analisamos nos artigos que ainda há dificuldade de praticar uma avaliação de contexto, visto que ainda ocorre a presença de registros avaliativos engessados, como, por exemplo, as fichas avaliativas e os pareceres individuais semestrais, que são modelos tradicionais fragmentados utilizados nas instituições de modo operacionalizado, em que os professores acabam realizando uma tarefa apenas burocrática.

Logo, são visíveis as crescentes discussões nas instituições acerca das definições e leis educacionais, pois ainda há uma separação das mesmas na prática avaliativa. Ainda que haja um avanço de construções nesta temática, entendemos que se faz necessário aumentar as produções científicas na esfera avaliativa focalizando os bebês e as crianças bem pequenas. Faz-se urgente pesquisas de referência para a sociedade e profissionais da creche, contribuindo assim na visibilidade dos saberes e fazeres dos bebês. Ressaltamos a necessidade de ampliação na formação dos professores, assim como no acompanhamento das práticas avaliativas.

Por fim, identificamos a baixa frequência de publicações de artigos sobre a avaliação na revista *Zero-a-Seis*, no período de 2010 até 2020. Notamos a relevância

na discussão do tema avaliação na Educação Infantil, no entanto, cabe analisar as lacunas ainda existentes, ao que preconiza a legislação educacional nacional e a sua efetivação na realidade institucional e profissional. Consideramos debruçar nas pesquisas aqui citadas e demais leituras, pois possuem as mesmas preocupações de “fundo” da nossa pesquisa que inclui avaliação na Educação Infantil, em especial nas creches.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. T. Avaliação das crianças na educação e outros processos avaliativos revelados em uma pesquisa. **Revista Zero-a-Seis**, Florianópolis, v.15, n. 27, jan/jun, 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**/ Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <[estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-versao-2019.pdf](#) ([www.gov.br](#))>. Acesso em: 15 jun. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1990. Disponível em: [L9394 \(planalto.gov.br\)](#). Acesso em: 23 jun. 2020.

CASTRO, J. S.; SOUZA, F. Z. As interfaces da avaliação na Educação Infantil. **Revista Zero-a-Seis**, Florianópolis, v.19, n. 36, p.478-492, jan/dez, 2017.

DRUMOND, Viviane. Estágio e Docência na Educação Infantil: Questões teóricas e práticas. **Olhar de professor**, Ponta Grossa, v. 22, p. 1-13, 2019.

LUCKESI, C.C. Instrumentos de dados para a avaliação de aprendizagem na escola: um olhar crítico. In: PIEDADE, A. (Org.). **Avaliação da aprendizagem**: componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011.

MACEIO. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Orientações curriculares para a educação infantil da rede municipal de Maceió**. Maceió: EDUFAL, p. 271, 2015.

MILÉO, I.S.O.; FREITAS, L.G.; OLIVEIRA, C.N.S. Reflexões sobre as práticas avaliativas em uma creche no Município de Altamira-PA. **Revista Zero-a-Seis**, Florianópolis, v.22, n. 41, p.147-174, jan/jul, 2020.

OSTETTO, L.E.; MAIA, M.N.V.G. Nas veredas do estágio docente: (Re) aprender a olhar. **Olhar de professor**, Ponta Grossa, v.22, p. 1-14, 2019.

PEREIRA. J.R.; SILVA. F.S. Avaliação na educação infantil e a pedagogia da relação e da escuta: documentar e refletir sobre a experiência educativa. **Revista Zero-a-seis**. Florianópolis, v. 21, n. 39, p. 99-119, jan/jun, 2019.

RODRIGUES, A.S. Mudanças e persistências na formação para docência em creches e pré-escolas. **Revista Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 19, n.36, p. 328-348, jul/dez, 2017.

SILVA, B.; CRAVEIRO, C. O portfólio como estratégia de avaliação das aprendizagens na educação de infância: considerações sobre a sua prática. **Revista Zero-a-Seis**. Portugal, v. I, n. 29, p. 33-53, jan/jul, 2014

TIRIBA, Lea. Educar e cuidar ou, simplesmente, educar? buscando a teoria para compreender discursos e práticas. **Anped**, Rio de Janeiro, 2005.

